

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

TEORIAS CRÍTICAS NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E DE REDES SOCIAIS EM SCOPUS

CRITICAL THEORIES IN LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: A BIBLIOMETRIC AND SOCIAL NETWORK STUDY BASED ON SCOPUS DATA

Nancy Sánchez Tarragó – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo mapeia a presença de teorias críticas na produção científica da Biblioteconomia e Ciência da Informação, destacando autores mais produtivos e documentos mais citados, com base em dados da Scopus. Foram utilizados métodos bibliométricos e Análise de Redes Sociais para examinar a produção por ano, autores, coocorrência de palavras-chave e cocitação de documentos. Os resultados mostram crescimento nos estudos sobre justiça social, racismo, branquitude, gênero e opressões interseccionais. Destaca-se a mobilização da Teoria Crítica da Raça, do Feminismo (incluindo o Feminismo Negro), da Interseccionalidade e da Teoria Queer, além da persistente influência de teóricos da Escola de Frankfurt, como Jürgen Habermas. Entre as obras mais citadas, observa-se a centralidade de autores como Habermas, Kimberlé Crenshaw, Paulo Freire e bell hooks. Em contrapartida, há baixa presença de outros teóricos latino-americanos e do Sul Global (incluindo teóricos decoloniais) e ausência de referenciais da Teoria Crítica da Deficiência, da Teoria Pós-Colonial e da Justiça Ambiental, embora essas abordagens sejam mobilizadas pelos autores do corpus. Conclui-se que há uma presença crescente de teorias e debates críticos, mas ainda é necessária uma análise qualitativa mais aprofundada, bem como a ampliação das fontes e recortes bibliográficos, para compreender melhor a apropriação dessas teorias na área.

Palavras-chave: teorias críticas; biblioteconomia e Ciência da Informação; bibliometria; mapas de ciência

Abstract: This study maps the presence of critical theories in the scholarly production of Library and Information Science, highlighting the most productive authors and most cited documents, based on data from the Scopus database. Bibliometric methods and Social Network Analysis were applied to examine publications by year, authorship, keyword co-occurrence, and document co-citation. The results show growth in studies addressing social justice, racism, whiteness, gender, and intersectional oppression. Notable emphasis is placed on the mobilization of Critical Race Theory, Feminism (including Black Feminism), Intersectionality, and Queer Theory, alongside the enduring influence of Frankfurt School theorists such as Jürgen Habermas. Among the most cited works, Habermas, Kimberlé Crenshaw, Paulo Freire, and bell hooks emerge as central intellectual references. In contrast, there is limited presence of other Latin American theorists and Global South perspectives (including decolonial theorists) and an absence of references to Critical Disability Theory, Postcolonial Theory, and Environmental Justice, although these approaches are mobilized by authors in the corpus. The study concludes that there is a growing mobilization of critical theories and debates. However, further qualitative analysis and an expanded bibliographic scope are needed to better understand the appropriation of these theories in the field.

Keywords: Critical theories; library and Information Science; Bibliometrics; science mapping

1 INTRODUÇÃO

O termo “teoria crítica”, em sua acepção clássica, refere-se às reflexões desenvolvidas pelos membros da chamada Escola de Frankfurt. A partir da década de 1930, esses autores elaboraram perspectivas críticas voltadas à contestação das teorias tradicionais das ciências sociais. Tais teorias eram fortemente baseadas nas abordagens das ciências naturais e defendiam uma análise “neutra” da sociedade, sem considerar sua relação com o contexto histórico e social. Segundo Horkheimer ([1937]; 2000), um dos fundadores da Escola de Frankfurt, a teoria crítica compreende a realidade social como um produto humano, em constante transformação e marcada por contradições. Seu objetivo é a emancipação e a construção de uma sociedade racional e justa, por meio de uma reflexão que é parte inerente da práxis social.

Com base nesse entendimento, diversas outras teorias críticas têm sido desenvolvidas — muitas em diálogo com movimentos sociais — com o objetivo de compreender as múltiplas dimensões da dominação nas sociedades contemporâneas e dismantelar processos e hierarquias que perpetuam as desigualdades. Essas abordagens também rejeitam a hegemonia da perspectiva ocidental e cientificista como única forma legítima de produzir conhecimento, valorizando outros modos de saber. De modo geral, essas teorias buscam promover inclusão e justiça social para grupos historicamente excluídos e marginalizados, como pessoas negras, mulheres, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outras populações vulnerabilizadas (Leckie; Given; Buschman, 2010).

As teorias críticas têm ganhado espaço crescente em diversas áreas do conhecimento, inclusive na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Segundo Leckie *et al.* (2010), há três razões principais para a relevância de sua compreensão e aplicação na BCI. Primeiramente, contribuem para o fortalecimento da base teórica da área, permitindo questionar, aprofundar e contextualizar a adaptação e apropriação de conceitos oriundos de outros campos, favorecendo uma produção teórica mais consistente e autônoma. Em segundo lugar, seu uso insere a BCI nos debates intelectuais mais amplos das ciências humanas e sociais, assegurando-lhe relevância nas constelações interdisciplinares de pesquisa e prática. Por fim, e não menos importante, as teorias críticas oferecem ferramentas analíticas para enfrentar questões complexas, como censura, privatização e mercantilização da

informação e dos serviços de bibliotecas, vigilância e uso comercial de dados de usuários. Também possibilitam uma crítica mais profunda à linguagem tecnicista e gerencial que frequentemente domina o discurso da área, restringindo a reflexão crítica sobre tecnologias e sistemas de informação. Na Biblioteconomia, as teorias críticas reverberam em movimentos como a Biblioteconomia de Guerrilha, a Biblioteconomia Crítica, Radical ou Progressista, a Biblioteconomia Negra Americana e a Biblioteconomia Negra Brasileira, entre outros (Garcês-da-Silva, 2020).

Neste contexto, o objetivo da pesquisa é mapear a presença de teorias críticas na produção científica da área, com ênfase na caracterização descritiva dos documentos assinados pelos autores mais produtivos e dos documentos citados mais influentes, identificados na base de dados Scopus. As teorias críticas investigadas incluem: teoria crítica da Escola de Frankfurt, teoria pós-colonial, teoria decolonial, feminismo, feminismo negro, interseccionalidade, teoria Queer, Teoria Crítica da Branquitude, Teoria Crítica da Raça, Teoria Crítica da Deficiência, teoria da justiça ambiental e Pedagogia Crítica.

O artigo tem a seguinte estrutura: após a Introdução, a seção 2 traz um breve referencial teórico sobre teorias críticas. A seção 3 apresenta com detalhes os métodos, técnicas e procedimentos empregados. A seção 4 traz os resultados e discussões. O artigo fecha com a seção 5 de Considerações finais.

2 TEORIAS CRÍTICAS ALÉM DA ESCOLA DE FRANKFURT

Como apresentado na introdução, a teoria crítica da Escola de Frankfurt — formulada por pensadores como Theodor Adorno, Walter Benjamin, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas e, mais recentemente, Axel Honneth e Nancy Fraser — deixou um legado central para a denúncia das opressões e a promoção da emancipação humana. A ampliação do uso do termo “teoria crítica” para abarcar outras perspectivas críticas contemporâneas revela certos atributos comuns: não se limitam a debates epistemológicos, mas assumem caráter normativo e político, com finalidades emancipatórias. Essas abordagens investigam e desconstruem as bases da subordinação, revelando categorias e modelos que mascaram a dominação, e a interpretam como produto de estruturas sociais mediadas por cultura, ideologia e linguagem, e não como algo natural ou eterno (Fraser, 2003; Horkheimer, 2000). Com esse pano de fundo, apresentam-se a seguir algumas das principais vertentes críticas atuais.

O feminismo, enquanto movimento político e intelectual, combate a opressão de gênero e revela seus entrelaçamentos com o racismo, a desigualdade de classe e a heteronormatividade, apontando caminhos de resistência e emancipação individual e coletiva (McAfee *et al.*, 2024; Allen, 2022). Essa perspectiva é aprofundada no feminismo negro, que, segundo Akotirene (2019), denuncia a exclusão sistêmica de mulheres negras e propõe alternativas ancoradas em suas experiências e na ação coletiva. Seus pilares incluem: a valorização das vivências de mulheres negras como base para narrativas críticas; o enfrentamento das desigualdades interligadas de raça, gênero e classe; o reconhecimento histórico de sua luta; e a promoção do empoderamento por meio da autodefinição (Collins, 1993; Guy-Sheftall, 1995 *apud* Barnes, 2024). Kimberlé Crenshaw (1991) contribuiu decisivamente ao propor a interseccionalidade como ferramenta para compreender como diferentes formas de opressão se sobrepõem e reforçam a violência contra a mulher negra.

A Teoria Crítica da Raça (TCR), originalmente desenvolvida no campo do Direito e hoje difundida em diversas áreas, aprofunda essa análise ao explorar as interações entre raça, racismo e poder (Delgado; Stefancic, 2021). Seus princípios fundamentais incluem a compreensão de que raça e racismo são construções sociais — e não biológicas —, e que o racismo é estrutural e recorrente, sendo a regra, e não a exceção, nas sociedades marcadas por legados coloniais. Além disso, a TCR aponta que a hierarquia racial beneficia material e psicologicamente pessoas brancas, razão pela qual muitos grupos resistem à sua desconstrução e colaboram, conscientemente ou não, com a manutenção dos privilégios raciais.

O conceito de “privilégio branco” refere-se às vantagens sociais associadas à pertença à raça dominante. A Teoria Crítica da Branquitude problematiza esse lugar racial, construído historicamente em oposição à negritude ou a outras formas de alteridade. Nesse contexto, “branco” é aquele que, numa relação de opressor/oprimido, ocupa estruturalmente o papel de opressor (Cardoso, 2010). A branquitude opera como uma norma invisível e naturalizada, sustentada por mecanismos coletivos de preservação de privilégios — o que Cida Bento (2022) denomina “pacto da branquitude”.

A Teoria Queer, por sua vez, questiona as normatividades sexuais e de gênero, desconstruindo categorias fixas e desafiando a heteronormatividade (Gamson; Moon, 2004 *apud* McCann; Monaghan, 2022). Assim como a crítica da branquitude revela os privilégios racializados naturalizados, a Teoria Queer evidencia a imposição de identidades hegemônicas

como universais. Para Warner (1991) *apud* McCann; Monaghan (2022), a teoria *queer* confronta a sociedade com seu "pior pesadelo": a possibilidade de um mundo não regulado por normas heterossexuais.

A Teoria Crítica da Deficiência rejeita os modelos biomédicos e patologizantes, argumentando que a deficiência é, antes de tudo, uma construção social e política (Hall, 2019; Reaume, 2014). Em lugar de representações que retratam pessoas com deficiência como passivas ou dependentes de caridade, o campo enfatiza as causas estruturais da exclusão. Seu foco está na superação de barreiras sistêmicas — como acesso limitado à educação, ao trabalho, ao transporte e a serviços — e na promoção da acessibilidade universal como um direito.

De forma semelhante, a teoria da Justiça Ambiental denuncia os impactos desproporcionais da degradação ambiental sobre comunidades marginalizadas (negras, indígenas e pobres) destacando os vínculos entre desigualdades socioeconômicas, racismo e políticas ambientais. Esse fenômeno é descrito como racismo ou injustiça ambiental, e resulta de processos como industrialização, militarização e consumo excessivo (Mohai; Pellow; Roberts, 2009).

Influenciada por Paulo Freire, a Pedagogia Crítica surge da inquietação com o uso da educação como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, legitimando o poder das elites como algo natural e incontestável. Seu objetivo central é desvelar essas estruturas de dominação e promover a conscientização dos grupos oprimidos, visando sua emancipação (Freire, 2023). Para Freire, como destaca Giroux (2016), a pedagogia é uma prática ética e política que desenvolve conhecimentos, habilidades e vínculos sociais, capacitando os estudantes a refletirem criticamente sobre sua cidadania e a se engajarem em uma democracia autêntica.

A teoria pós-colonial reúne contribuições, sobretudo dos estudos literários e culturais, que ganharam destaque nas décadas de 1970 e 1980, especialmente em universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. Comprometida com a superação das heranças do colonialismo, essa abordagem analisa criticamente a diferença colonial e defende os interesses dos povos colonizados ao longo do tempo e espaço. Com a globalização, temas como cultura, identidade, migração e diáspora tornaram-se centrais, aproximando os estudos pós-coloniais de abordagens culturais e multiculturais (Ballestrin, 2013).

A teoria decolonial, em continuidade e aprofundamento das críticas pós-coloniais, emerge principalmente dos trabalhos de pensadores latino-americanos vinculados ao grupo Modernidade/Colonialidade. Essa abordagem questiona as estruturas persistentes de dominação herdadas da colonização, problematizando noções naturalizadas de tempo, espaço, subjetividade e conhecimento. Mais do que relatar processos históricos de descolonização, a decolonialidade denuncia a persistência da colonialidade — uma lógica global de desumanização que opera mesmo após o fim formal dos impérios coloniais (Maldonado-Torres, 2020). Propõe, assim, uma ruptura epistemológica com os paradigmas da modernidade ocidental, ao evidenciar como eles sustentam formas normalizadas de violência, racialização e hierarquização de gênero e sexualidade em escala global.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Trata-se de um estudo com objetivos exploratórios e descritivos. Para alcançar tais objetivos foram empregadas técnicas bibliométricas, voltadas à quantificação da produção científica sobre o tema, complementadas por meio da Análise de Redes Sociais (ARS). Esta abordagem permite compreender as características de grupos sociais com base nas relações de interdependência entre seus componentes (Lazagra; Higgins, 2014).

Como fonte de dados foi selecionada a base de dados Scopus, em virtude de sua ampla cobertura internacional e das funcionalidades que oferece para análises bibliométricas e de redes. Reconhece-se, no entanto, os vieses geográficos e linguísticos dessa base, que tendem a privilegiar a produção científica oriunda da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

A coleta de dados foi realizada a partir da seguinte expressão de busca: TITLE-ABS-KEY ("library and information science" OR "information science" OR "library science" OR "librarianship" OR "critical librarianship") AND ("postcolonial theory" OR "post-colonial theory" OR "decolonial theory" OR "decolonization" OR "decoloniality" OR "coloniality of power" OR "critical race theory" OR "critical theory" OR "Frankfurt School" OR "feminist theory" OR "feminist critical theory" OR "Black feminism" OR "queer theory" OR "queer information studies" OR "black feminist thought" OR "critical disability studies" OR "environmental justice" OR "critical pedagogy" OR "intersectionality" OR "Critical Whiteness Studies" OR "Critical White Studies") AND PUBYEAR > 1999 AND PUBYEAR < 2025 AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE, "re") OR LIMIT-TO (DOCTYPE, "cp")).

A busca resultou em 547 documentos, dos quais 444 (81,2%) são artigos científicos, 53 (9,7%) são trabalhos de eventos e 50 (9,1%) são artigos de revisão.

Foram adotados dois tipos de indicadores bibliométricos: indicadores de produção, como a quantidade de documentos por ano e por autor e indicadores relacionais, como a coocorrência de palavras-chave e a cocitação de documentos.

A análise de coocorrência de palavras-chave foi realizada com base nos campos *Author Keywords* e *Index Keywords*, permitindo quantificar a frequência de aparição conjunta de termos nos campos selecionados. A criação de redes de coocorrência de palavras-chave permite identificar agrupamentos que sugerem possíveis relações conceituais e temáticas entre os termos e temas. Já a análise de cocitação de documentos mensura a frequência com que dois documentos são citados em conjunto nas listas de referências de outros trabalhos. A partir disso, é possível identificar e representar redes de agrupamentos de obras com afinidades teóricas ou metodológicas, o que permite inferir padrões de influência intelectual (Grácio, 2016). As redes de coocorrência e cocitação foram geradas com o uso do software VOSviewer (versão 1.6.20), que possibilita a visualização e exploração de relações de proximidade ou distância entre os elementos bibliométricos.

Além das análises automatizadas foi realizada uma análise de conteúdo manual nos campos *Title*, *Abstract* e *Author keyword*, utilizando planilhas no Microsoft Excel. O objetivo foi identificar a presença explícita ou implícita das teorias críticas investigadas em uma amostra do corpus, composta pela produção dos autores mais produtivos e pelos documentos mais cocitados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Gráfico 1 mostra a evolução anual dos 547 documentos publicados entre 2000 e 2024. De 2000 a 2011, a produção foi incipiente, com menos de 12 publicações anuais. A partir de 2012, inicia-se um crescimento gradual, que se intensifica após 2019. O pico ocorre em 2023, com mais de 70 documentos, seguido de leve queda em 2024, ainda acima dos patamares anteriores.

Essa tendência sugere que os pesquisadores vêm ampliando os marcos teóricos da área, questionando epistemologias hegemônicas e promovendo abordagens mais plurais, inclusivas e sensíveis às desigualdades históricas (Cooke; Kitzie, 2021). O movimento *Black Lives Matter*, que ganhou força após o assassinato de George Floyd em 2020, nos Estados

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Unidos, pode ter catalisado o aprofundamento dessas discussões. A leve queda observada em 2024 pode estar relacionada a atrasos na indexação ou a flutuações editoriais usuais, não representando necessariamente um declínio no interesse pelo tema.

Gráfico 1 - Documentos por ano - Teorias críticas na Biblioteconomia e Ciência da Informação - Scopus 2000-2024



Fonte: Scopus (2025).

A análise de autoria revelou um total de 1.033 autores compondo o corpus analisado. Desses, 91% assinam apenas um artigo, o que evidencia uma alta dispersão autoral na temática, com poucos pesquisadores recorrentes. A Tabela 1 apresenta os 13 autores com quatro ou mais publicações, juntamente com suas respectivas instituições e países de afiliação; observa-se o predomínio da produção oriunda dos Estados Unidos na base Scopus. Dos 13 autores, 10 estão vinculados a universidades norte-americanas, um à Dinamarca, um ao Brasil e outro à França.

Tabela 1 - Documentos por autor ≥4 - Teorias críticas na Biblioteconomia e Ciência da Informação – Scopus 2000-2024

Autores	Instituição	Documentos	Teorias críticas mobilizadas nas pesquisas e referente intelectual
Buschman, John	Seton Hall University, EUA	14	Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (Jurgen Habermas)
Mehra, Bharat	University of Alabama, EUA	10	Teoria Crítica da Raça
Cooke, Nicole A.	University of South Carolina, EUA	8	Teoria Crítica da Raça, Pedagogia crítica
Birger Hjørland	University of Copenague, Dinamarca	7	Nenhuma teoria específica foi identificada
Gray, LaVerne	Syracuse University, EUA	6	Feminismo, feminismo negro, interseccionalidade (Mary Nile Maak)
Patin, Beth	Syracuse University, EUA	5	Feminismo, teoria decolonial/epistemologias do Sul, biblioteconomia internacional crítica (<i>critical international librarianship</i>) Miranda Fricker, Boaventura de Sousa Santos
Poole, Alex H.	Drexel University, EUA	5	Nenhuma teoria específica foi identificada

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Wagner, Travis L.	University of Illinois Urbana-Champaign, EUA	5	Teoria Queer
Bezerra, Arthur Coelho	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil	4	Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, Pedagogia crítica, Teoria Crítica da Informação
Floegel, Diana	Rutgers University, EUA	4	Feminismo, Teoria Queer
Furner, Jonathan	University of California, EUA	4	Teoria crítica da Raça
Ibekwe, Fidelia	Aix-Marseille University, França	4	Teoria crítica da Raça
Kitzie, Vanessa L.	University of South Carolina, EUA	4	Teoria Queer

Fonte: A autora (2025).

Entre as autorias representadas na tabela, aproximadamente metade são mulheres, das quais três se identificam como mulheres negras. As principais teorias críticas que fundamentam os trabalhos dessas autorias incluem a Teoria Crítica da Raça, a Teoria Feminista, a Teoria Queer e a Interseccionalidade.

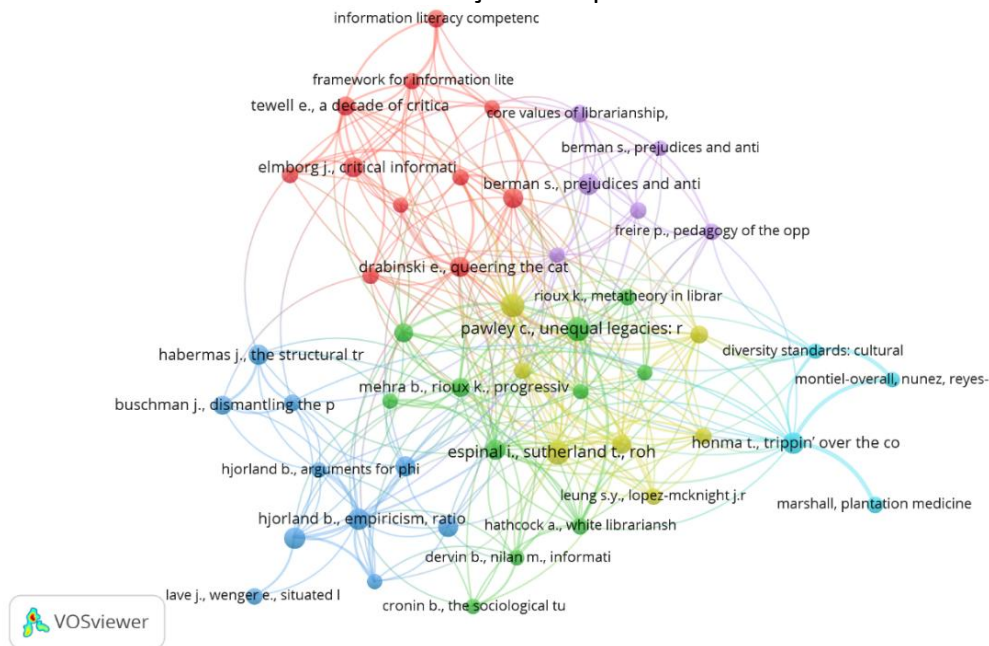
Embora no recorte apresentado apenas um autor brasileiro se destaque é importante ressaltar o movimento crescente de produções nacionais que abordam relações étnico-raciais, gênero, diversidade e justiça na BCI. Parte desses trabalhos mobiliza diferentes teorias críticas, como teorias decoloniais, feministas, Teoria Crítica da Raça, pedagogia crítica, entre outras.

A Figura 1 mostra a rede de coocorrência de palavras-chave gerada no VOSviewer. Das 2.589 identificadas, selecionaram-se as com mais de seis ocorrências (81 termos), excluindo aquelas ligadas diretamente às denominações das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação para evitar distorções. Os termos foram organizados em clusters conforme sua força de coocorrência.

Entre os agrupamentos mais relevantes identificados na figura, destaca-se o cluster amarelo, centrado nos termos *information literacy*, *critical pedagogy* e *students*, refletindo a articulação entre competência em informação, Pedagogia Crítica e ensino voltado à transformação social. Já o cluster verde agrupa termos como *racism*, *decolonization* e *marginalization*, apontando para debates sobre injustiças estruturais e abordagens decoloniais no ensino e na prática bibliotecária. O cluster roxo, por sua vez, conecta *diversity*, *intersectionality* e *libraries*, revelando a presença significativa de discussões sobre inclusão e representatividade nos espaços informacionais. A análise também revela a centralidade do termo *social justice*, que atua como eixo articulador entre os principais temas abordados nos estudos críticos em Biblioteconomia e Ciência da Informação, evidenciando sua relevância como conceito estruturante nas investigações da área.

Judith Butler e Donna Haraway para questionar a pretensa neutralidade e universalidade dos sistemas de organização do conhecimento, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e os cabeçalhos de assunto da Library of Congress. A presença do livro *Pedagogy of the Oppressed* (versão em inglês) reforça a influência da Pedagogia crítica de Paulo Freire nas abordagens emancipatórias da área.

Figura 2 - Rede de cocitação de documentos - Teorias críticas na Biblioteconomia e Ciência da Informação – Scopus 2000-2024



Fonte: A autora (2025).

O cluster verde reúne estudos que abordam criticamente diversidade, inclusão e desigualdades estruturais de gênero e raça na Biblioteconomia. Destacam-se *A Holistic Approach for Inclusive Librarianship* (Espinal; Sutherland; Roh, 2018), *Unequal legacies: Race and multiculturalism in the LIS curriculum* (Pawley, 2006) e *Progressive Community Action: critical theory and social justice in library and information science* (Mehra; Rioux, 2016). Esses trabalhos questionam os legados de exclusão e racismo na área, bem como os limites do multiculturalismo nos currículos e práticas profissionais, propondo uma atuação bibliotecária comprometida com a justiça social e uma crítica à centralidade da branquitude, com base na Teoria Crítica da Raça. O cluster amarelo também agrupa artigos que analisam criticamente as relações raciais, o racismo estrutural e a branquitude no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. *The Legacy of Lady Bountiful* (Schlesselman-Tarango, 2016) examina, a partir da Teoria Crítica da Raça e do Feminismo, a construção da autoridade profissional de mulheres brancas na BCI; *Racial Microaggressions in Academic Libraries* (Alabi, 2015) revela

experiências de discriminação enfrentadas por bibliotecários em contextos acadêmicos; e *Trippin' Over the Color Line* (Honma, 2005) denuncia a invisibilidade da questão racial nos estudos da BCI. Também se destaca *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color* (Crenshaw, 1991), texto fundacional da Interseccionalidade.

O cluster ciano reúne obras que enfatizam a competência cultural como elemento central para práticas bibliotecárias mais inclusivas e sensíveis às especificidades de comunidades racializadas. Destacam-se *Latinos in Libraries, Museums, and Archives: Cultural Competence in Action! An Asset-Based Approach* (Montiel-Overall; Nuñez; Reyes-Escudero, 2015) e *Diversity Standards: Cultural Competency for Academic Libraries* (ALA, 2012). No outro extremo da rede, o cluster azul agrupa textos voltados aos fundamentos epistemológicos e filosóficos da área, como *The Structural Transformation of the Public Sphere* (Habermas; Burger, 1991), *Empiricism, Rationalism and Positivism in LIS* (Hjørland, 2005), *Everyday Information Practices* (Savolainen, 2008) e *Situated Learning* (Lave; Wenger, 1991). Essas obras oferecem uma compreensão crítica sobre os modos de produção do conhecimento e os processos de aprendizagem no campo, evidenciando suas implicações filosóficas e sociais. A influência da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, especialmente de Jürgen Habermas, é marcante, com destaque para trabalhos que estabelecem conexões diretas, como *Dismantling the Public Sphere: Situating and Sustaining Librarianship in the Age of the New Public Philosophy* (Buschman, 2003).

Um aspecto relevante é a ainda limitada presença, entre as obras altamente citadas, de intelectuais oriundos de campos externos à Biblioteconomia e Ciência da Informação que desenvolveram ou difundiram teorias críticas essenciais aos debates contemporâneos. Na rede de cocitação analisada, identificam-se trabalhos de autores centrais como Jürgen Habermas (Teoria Crítica da Escola de Frankfurt), Kimberlé Crenshaw (feminismo negro, interseccionalidade e Teoria Crítica da Raça), Paulo Freire (pedagogia crítica) e bell hooks (feminismo negro). Ao ampliar o olhar para todo o corpus documental, surgem também referências a Richard Delgado e Jean Stefancic (Teoria Crítica da Raça), Patricia Hill Collins (feminismo negro) e Judith Butler (teoria queer). Entre esses nomes, Habermas se destaca como o mais citado, com diversas obras presentes, evidenciando um diálogo mais consolidado entre a BCI e os fundamentos da teoria crítica habermasiana.

Com exceção de Paulo Freire, não aparecem, entre os documentos mais citados, teóricos latino-americanos amplamente reconhecidos nas Ciências Sociais — incluindo representantes da teoria decolonial — cujas ideias tenham influenciado a Biblioteconomia e Ciência da Informação. Esses teóricos, embora externos ao campo da BCI, oferecem referenciais críticos relevantes para suas discussões. Sua ausência pode ser interpretada como resultado tanto da circulação desigual de discursos nas Ciências Sociais e, de modo particular, na BCI, quanto dos vieses de cobertura da base de dados utilizada. Esse quadro reforça a predominância de epistemologias hegemônicas, que frequentemente silenciam ou invisibilizam perspectivas oriundas do Sul Global e de movimentos sociais historicamente minorizados.

Obras ou autores representativos da Teoria Crítica da Deficiência, da Teoria Pós-Colonial e da Justiça Ambiental também não foram identificados entre os documentos mais citados. No entanto, essas teorias são, em maior ou menor grau, mobilizadas pelos autores do corpus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi mapear a presença de teorias críticas na produção científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), com ênfase na caracterização descritiva dos documentos dos autores mais produtivos e dos trabalhos mais citados na base de dados Scopus. Entre as limitações fundamentais do estudo destaca-se a cobertura da base de dados utilizada, que apresenta vieses geográficos ao privilegiar a produção científica dos Estados Unidos. Soma-se a isso a ausência de um filtro específico para a área de BCI na Scopus, o que exigiu o uso de termos específicos da área nos campos de assunto, título e palavras-chave - uma estratégia que pode ter excluído documentos relevantes que não utilizam tais marcadores.

A pesquisa evidenciou uma tendência sustentada de crescimento na produção científica que mobiliza noções de teorias críticas na área ao longo dos últimos 24 anos, especialmente a partir de 2020. Observa-se um incremento nas discussões sobre o papel das bibliotecas e dos profissionais da informação na promoção da justiça social e da equidade, bem como na denúncia de práticas de racismo, sexismo, privilégios da branquitude, homofobia e transfobia, tanto na sociedade quanto na própria profissão bibliotecária, nos currículos e nas escolas de BCI.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Entre as teorias críticas mais mobilizadas para fundamentar essas discussões e práticas estão a Teoria Crítica da Raça, o Feminismo, o Feminismo Negro, a Interseccionalidade e a Teoria Queer. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt também permanece presente, com destaque para as contribuições de Jürgen Habermas.

Como desdobramentos futuros, propõe-se o aprofundamento da análise qualitativa, expandindo o escopo para além dos autores mais produtivos e dos documentos mais citados, com o objetivo de categorizar de forma mais abrangente o corpus e compreender como as teorias críticas têm sido utilizadas e apropriadas. Também se aponta a pertinência de realizar recortes mais específicos, como a análise da produção brasileira (por exemplo, os 30 documentos recuperados nesta busca na Scopus), ou ainda a ampliação da pesquisa para outras bases de dados que possam oferecer uma cobertura mais diversa e representativa.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALLEN, Amy. Feminist Perspectives on Power. *In*: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (orgs.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2022, [S. l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/feminist-power/>. Acesso em: 3 maio 2025.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 mar. 2021.

BARNES, Sherry L. Black american feminisms bibliography: introduction. **Black Americans Feminism**, 2024. Disponível em: <https://blackfeminism.library.ucsb.edu/introduction.html>. Acesso em: 3 maio 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 10 fev. 2026.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

COOKE, Nicole A.; KITZIE, Vanessa L. Outsiders-within-Library and Information Science: Reprioritizing the marginalized in critical sociocultural work. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 72, n. 10, p. 1285–1294, 2021. DOI: 10.1002/asi.24449. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.24449>. Acesso em: 5 maio 2025.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Teoria crítica da raça: uma introdução**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica?: Habermas e gênero. **Ex æquo**: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, [s. l.], n. 8, p. 57–89, 2003. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/o-que-e-critico-na-teoria-critica>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GIROUX, Henry A. Pedagogia crítica, Paulo Freire, e a coragem para ser político. **Revista e-Curriculum**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 296–306, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27356>. Acesso em: 3 maio 2025.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciele Carneiro. Perspectivas críticas e epistemologias negras na biblioteconomia. In: CARDONA, Natalia Duque; GARCÊS-DA-SILVA, Franciele Carneiro. (org.). **Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha, 2020. (Selo Nyota). p. 73–118.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s. l.], v. 21, n. 47, p. 82–99, set. 2016. DOI: 10.5007/1518-2924.2016v21n47p82. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p82>. Acesso em: 22 out. 2023.

HALL, Melinda C. Critical Disability Theory. In: ZALTA, Edward N. (org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Winter 2019. [S. l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/disability-critical/>. Acesso em: 3 maio 2025.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional, teoria crítica**. Barcelona: Paidós Iberica Ediciones, [1937], 2000.

LAZAGRA, Emmanuel; HIGGINS, Silvio Salej. **Redes sociais e estruturas relacionais**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

LECKIE, Gloria J.; GIVEN, Lisa M.; BUSCHMAN, John E. (org.). **Critical Theory for Library and Information Science**: exploring the social from across the disciplines. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010.

MALDONADO-TORRES. Analítica das colonialidades e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramon. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntico, 2020. p. 27–54.

MCAFEE, Noëlle; GARRY, Ann; SUPERSON, Anita; GRASSWICK, Heidi; KHADER, Serene. Feminist Philosophy. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri. (org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Spring 2024. [S. l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2024/entries/feminist-philosophy/>. Acesso em: 3 maio 2025.

MCCANN, Hannah; MONAGHAN, Whitney. **Queer theory now**: from foundations to futures. London; New York; Oxford; New Delhi; Sydney: Bloomsbury Academic, 2022.

MOHAI, Paul; PELLOW, David; ROBERTS, J. Timmons. Environmental Justice. **Annual Review of Environment and Resources**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 405–430, 2009. DOI: 10.1146/annurev-environ-082508-094348. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-environ-082508-094348>. Acesso em: 3 maio 2025.

REAUME, Geoffrey. Understanding critical disability studies. **CMAJ**: Canadian Medical Association Journal, [s. l.], v. 186, n. 16, p. 1248–1249, 2014. DOI: 10.1503/cmaj.141236. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4216267/>. Acesso em: 3 maio 2025.